

A Espacialidade de uma Amazônia Ribeirinha Face ao Urbano: o exemplo de São Domingos do Capim (PA) e o desenvolvimento do turismo

The Spatialities of Marginal and the Urban: the example of São Domingos do Capim (PA) and the development of the tourism

Jorge Alex de Almeida Souza¹

Resumo

O presente artigo estabelece reflexões sobre as repercussões da atividade turística em um Município amazônico. Ao longo de seu desenvolvimento no espaço local, o turismo, explorando a imagem de uma Amazônia que reúne aventuras, mitos e lendas, através do fenômeno da "pororoca", tem provocado mudanças sócio-espaciais do ponto de vista das práticas cotidianas locais. A pesquisa utilizou-se da dialética espacial (Lefebvre, 1981) como reflexão diante da produção do espaço, tendo em vista os agentes envolvidos, a saber: população local, turistas, patrocinadores, governo do Estado do Pará e poder público local. Os resultados revelaram haver concepções e intencionalidades diferentes relacionadas à inserção da atividade turística no Município, bem como sua programação, priorizando o estilo de vida urbano, conflitaram com a dimensão do vivido ribeirinho de São Domingos do Capim.

Palavras-chave: turismo; Amazônia; espaço; temporalidades; cotidiano; pororoca.

Abstract

The present article establishes reflections about the repercussions of the tourist activity in an Amazonian City. Throughout its development in the local space, the tourism, exploring the image of an Amazonia that congregates adventures, myths and legends, through the phenomenon of "pororoca", has provoked social and space's changes in the daily's activities of the place. The research used the space dialectic (Lefebvre, 1981) as a reflection of the space production, in relation to the involved agents: local population, tourist, sponsors, government of the State of Pará and local public power. The results disclosed to have different conceptions and intentions in relation to the insertion of the tourism in the City, prioritizing the urban style of life, what conflicted with the dimension of the usual life of the population of São Domingos do Capim.

Keywords: *tourism; Amazon; space; daily's activities; pororoca.*

¹ Bacharel em Turismo pela Universidade Federal do Pará, especialista em Docência e Metodologia de Pesquisa em Turismo-UFPA e Mestre em Geografia-UFPA. E-mail: jsouza.alex@yahoo.com.br

1. Introdução: notas teóricas e procedimentos metodológicos

Entende-se que a problemática do mundo moderno está relacionada aos avanços dos hábitos, dos costumes, do controle, da programação do cotidiano, do consumo dirigido que a sociedade urbana apresenta como características na produção social do espaço, haja vista que o processo de urbanização trouxe transformações em modos de vida e na dimensão do cotidiano em vários territórios, nos quais a simultaneidade de práticas sociais são diferentes no tempo, mas inscritas no espaço geográfico, pertencendo a um mesmo processo social (Lefebvre, 1981, 1999).

Nesse sentido, o estilo de vida urbano, atualmente, tem-se expandido e coexiste com outros modos de vidas, outras temporalidades no espaço geográfico. Talvez, um dos maiores fenômenos sociais que possibilita essa expansão seja a atividade do turismo, reunindo necessidades psicossociais, como também o consumo dirigido, criando simulacros da realidade e fetiche espacial de uma natureza intocada e endeusada, separada do homem, segregando e excluindo pessoas no seu processo de desenvolvimento. Mas como operar um raciocínio teórico-analítico que abarque realidades intrincadas, justapostas, presente no espaço geográfico e que possibilite vislumbrar suas contradições, diferenças, mas também o encontro e novas possibilidades espaciais? Nesse caso, o raciocínio está sempre voltado ao processo de totalização dialética, ou seja, o conhecimento nunca alcança uma etapa definitiva e qualquer objeto analítico particular faz parte do todo, de uma visão conjunta do social, enfim, de uma totalidade que não se pode e nem se pretende esgotar suas possíveis realidades. Pode-se asseverar que o raciocínio, nesses termos, é o movimento do devir, que é uma outra parte de uma oposição a qual se destina resolver num terceiro termo.

Encaminhar-se-á esta análise com a seguinte tese postulada por Lefebvre (apud Martins, 1996) de que os momentos históricos da sociedade, da constituição da sociedade, ou seja, das relações sociais não são uniformes e nem têm idades idênticas, posto que são diferentes no tempo e no espaço. Entretanto, são realidades de um mesmo processo sócio-espacial que estão numa relação de proximidade e distância, de descompasso e de desencontro, na qual é presente a simultaneidade de tempos no espaço geográfico. Nessa direção, a noção de periodização histórica, numa revisita a Marx, permite a Lefebvre realizar um modo de pensar unido a uma prática, construindo um pensamento triádico próprio da dialética marxista.

Assim para entender o espaço social complexo, próprio da práxis social, com múltiplas interpretações, contradições, diferentes tempos históricos coexistindo nas relações sociais de

produção, Henri Lefebvre adota o método regressivo-progressivo, que se acredita ser adequado para entender a dinâmica amazônica face ao mundo moderno, da sociedade urbana. O método Regressivo-Progressivo, implícito nas obras de Karl Marx, proporciona apreender a estrutura e as relações de produção de sociedades passadas, não somente porque existem vestígios desses modos de vida, mas porque suas possibilidades se desenvolvem no modo de produção atual como um todo no espaço.

Tal método consiste em ir ao passado, mas a partir do atual, tentando reconstruí-lo, quer dizer, tentar observar o que houve de características (da realidade atual) num determinado lugar ou que se passou com ele em outras épocas, fazendo comparações, analogias e conseqüências. O pesquisador tenta resgatar, através desse andar regressivo, o que precedeu o presente para, em seguida, retornar o processo em sentido contrário, para esclarecer, desdobrar, desenvolver todas as possibilidades contidas na situação presente, e assim, elucidar, clarificar o futuro, o possível e o impossível.

É nesse sentido que se entende a espacialização do turismo no Município de São Domingos do Capim², um estilo de vida urbano, que reestrutura temporalidades e espacialidades diversas, no caso em questão, a dimensão ribeirinha face ao avanço do mundo moderno, urbano. Nesse desdobramento próprio da organização social da humanidade há coexistências e/ou justaposições de tempos sociais diferentes e contraditórios entre si, uma realidade marcada por fragmentação, mas ao mesmo tempo por articulação. São modos de viver que se convergem no espaço amazônico, cuja dimensão é a ribeirinha e a urbana, onde caracteristicamente estão presentes os padrões de consumo, as maneiras de viver e as novas formas do uso do tempo, mas que também estão presentes outras temporalidades residuais, contrárias da lógica do capital. Mas o que seria o espaço como *locus* do processo de transformação no decorrer do processo histórico? O espaço seria lugar da manifestação do vivido, das práticas imediatas, do sonho, dos prazeres, dos resíduos irreduzíveis que se movem contra um tempo e um poder hegemônico, são necessidades e possibilidades contidas nas utopias sociais.

Mas a própria sociedade urbana convive com esses resíduos, pode-se dizer dos homens lentos que produzem espaços de que nos fala Santos (2004a). A sociedade urbana (moderna) expande-se através do processo de implosão-explosão do espaço, marca do modo de produção

² O Município possui 1.691,3 Km² de extensão, situa-se na parte leste do Estado do Pará, na Mesorregião do Nordeste paraense, na Microrregião do Guamá. Possui as seguintes coordenadas: 01° 40' 45'' de Latitude Sul e 47° 46' 17'' de Longitude Oeste de Greenwich. Limita-se ao norte com o Município de São Miguel do Guamá; à leste com Irituia, Mãe do Rio e Paragominas; ao sul com Aurora do Pará, e à oeste com Concórdia do Pará e Bujaru. São Domingos do Capim está a 130 Km de Belém e a 180 Km, em linha reta, do oceano atlântico.

capitalista em que a cidade enquanto valor de uso, da festa, do lúdico, do prazer passa a conviver com outro modo de vida, posto que o tempo hegemônico da vida urbana cria formas espaciais próprias e mecanismos de controle do tempo que, por sua vez, dita o ritmo das relações sociais e do cotidiano urbano, dos costumes, dos valores e do consumo.

No sistema urbano que procuramos analisar se exerce a ação desses conflitos específicos: entre o valor de uso e o valor de troca, entre a mobilização da riqueza (em dinheiro, em papel) e o investimento improdutivo na cidade, entre a acumulação do capital e sua dilapidação nas festas, entre a extensão do território dominado e as exigências de uma organização severa desse território em torno da cidade dominadora (Lefebvre, 2001, p.8).

Assim, têm-se duas realidades de um mesmo processo espacial, o espaço enquanto festa, o lúdico, o valor de uso propriamente dito; por outro lado, tem-se o urbano que também depende do valor de uso, mas que metamorfoseia costumes, ritmos, organização espacial e que apresenta, sobremaneira, o valor de troca. Enquanto no primeiro se manifestam os resíduos irredutíveis do cotidiano no e através do espaço; o segundo tenta suprimi-lo pelo seu poder hegemônico e coercitivo, por meio das representações do espaço, ou seja, as ações dos planejadores urbanos, dos arquitetos, dos engenheiros, do Estado que intervêm no espaço de múltiplas temporalidades, as quais são invisibilizadas e excluídas na produção daquele (Lefebvre, 1976). É nesta tensão que se encontra o cotidiano, entre caminhos contraditórios e complementares dos espaços de representações (vivido) e das representações do espaço (concebido).

Através do embate entre vivido (uso, a festa) e concebido (ação do planejamento nesse caso) é possível datar o tempo por meio do espaço e se pode criar condições sobre as virtualidades do espaço, sobre as possibilidades do cotidiano que tem no conceito de uso as utopias, os sonhos, a criatividade. Desse modo, o uso equivale-se à apropriação do espaço, que possui conteúdo simbólico, da espontaneidade, do afetivo, do prazer, do imaginário. Nesse desdobramento, a transformação do espaço conduz a uma industrialização do cotidiano que avança sobre os fenômenos residuais, isto é, sobre as particularidades da dimensão do vivido (que foge à lógica do consumo dirigido e do cotidiano programado), fazendo os objetos e as formas geográficas se tornarem estratégias mercadológicas. (Seabra, 1996a, 1996b).

Nesse sentido, a atividade do turismo consome e produz seu espaço. Possui seus objetos para atender ações próprias do estilo de vida urbano que em sua maioria são programadas. E essas ações realizadas por diversos atores interagem e entram em conflitos com a dimensão do

vivido. Leva-se em conta que o fenômeno do turismo também pode ser analisado como “*um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como quadro único no qual a história se dá*” (Santos, 2004a, p. 63). Desta feita, o espaço geográfico é um fato social, um resultado histórico e dialético da relação do homem com a natureza e da relação entre os homens; é um produto social historicamente construído (Lefebvre, 1976; Santos, 2004b). Assim, o turismo realiza-se como prática social, através das formas e objetos geográficos (hotéis, *resorts*, pousadas, natureza, por exemplo) condicionando um novo sistema de ações entre os objetos novos ou preexistentes na sociedade.

O turismo, estudado sob uma perspectiva geográfica, insere-se num movimento dialético entre a forma, que são os objetos, e o conteúdo, as ações; uma vez que a “*idéia de forma-conteúdo une o processo e o resultado, a função e a forma, o passado e o futuro, o objeto e o sujeito, o natural e o social*” (Santos, 2004a, p.103), mostrando o espaço como movimento do todo social, apreendido na e através da análise geográfica.

É nesse caminho que se leva a cabo o processo de espacialização do turismo, ou seja, procura-se compreender as relações sociais inscritas no espaço de São Domingos do Capim, procurando datar essas temporalidades sociais (a vida ribeirinha) coexistente no presente e, ao mesmo tempo, elucidando as contradições de ritmos e de tempos no espaço com a intensificação do turismo. Para tanto, a pesquisa utilizou-se da dialética espacial (Lefebvre, 1981) como reflexão diante da produção do espaço, tendo em vista os agentes envolvidos os quais foram entrevistados: população local, turistas, patrocinadores, governo do Estado do Pará e poder público local. A pesquisa exploratória e a de campo compreenderam dois anos (2005-2006) de observações, anotações, diálogos e entrevistas no Município quando da dissertação de mestrado. O artigo está dividido da seguinte maneira: discute-se, na primeira seção, o espaço ribeirinho e sua dimensão cotidiana na Amazônia; na segunda, o desenvolvimento do turismo em São Domingos do Capim e as contradições no espaço ribeirinho e por último a pesquisa aponta haver concepções e intencionalidades diferentes relacionadas à inserção do turismo no Município.

2. O Cotidiano Ribeirinho e sua Espacialidade na Amazônia

O processo de desenvolvimento do turismo em São Domingos do Capim faz o elo entre a dimensão ribeirinha e a urbana na produção do espaço. Nesse sentido, há primeiro, o esforço

de vislumbrar aquela dimensão e sua espacialidade tanto na vida diária amazônica como no contexto do turismo. Mas, como identificar a dimensão ribeirinha de São Domingos do Capim e quais as suas faces na dinâmica do turismo? A primeira referência da vivência ribeirinha relaciona à dinâmica e ao papel dos cursos fluviais da Amazônia. Sua importância revela a sobrevivência e o desenvolvimento de várias localidades que estão entremeadas pelas águas, pois são por meio delas que a cotidianidade se reproduz material e imaterialmente. São através dos cursos fluviais que se movimentam sonhos, desejos, encontros e modos de vida. São por meio dos espelhos d'água que o homem amazônida cria seu próprio mecanismo de usar o espaço e o tempo.

Na Amazônia, os rios na produção do espaço tornaram-se os meios de circulação de mercadorias e de pessoas, configuraram um padrão de organização espacial na medida em que várias cidades cresciam seguindo suas águas. O movimento pelos rios da região em conjunto com as atividades produtivas fez emergir núcleos urbanos importantes que mantinham relação com o interior amazônico, como é o caso de Belém e Manaus. Assim, a base econômica, no início da organização espacial das cidades amazônicas, tinha nos rios a sua vida, sua dinâmica comercial, o crescimento da agricultura e do extrativismo. Atividades que se constituem como de subsistência para muitas localidades. Ao mesmo tempo, os rios possibilitaram a vivência religiosa e uma organização social através das ações católicas no espaço local. Seus conteúdos sociais também possuem sentido simbólico-cultural por aqueles que cotidianamente mantêm um tipo de contato terra-água.

Rieper (2003), ao analisar o cotidiano ribeirinho, ressalta a afetividade e o valor simbólico que os sujeitos mantêm com a natureza, e principalmente com os rios. Suas representações e atitudes revelam vivências e posturas coletivas em comum diante das suas atividades diárias de trabalho e de lazer. O sentido de valor ao espaço do cotidiano encerra o uso e a afetividade individual e coletiva. Os cursos d'água demarcam ou apontam um tempo em que o ritmo e a organização social se interligam. Os períodos da vazante e da cheia indicam o momento de partida ou saída de barcos, velas, canoas e pessoas. O ciclo da natureza faz com que se plante e se colham determinadas culturas. Também a dinâmica fluvial define a hora da venda, dos negócios de muitas cidades, as quais se expandiram aproveitando as vantagens naturais.

Ainda hoje, os rios da Amazônia funcionam como verdadeiras estradas integrando a região, sendo muitas vezes o único meio de acesso para algumas localidades. A densa rede de drenagem fluvial amazônica desempenhou um importante papel de

localização das cidades e vilas, as quais vão florescer ao longo das margens e na confluência destas vias naturais (Trindade Jr, 2005, p.19).

O trabalho de Rieper (2003) ressalta o elemento rio na composição do modo de vida ribeirinho. Ele expressa a relação sociedade e natureza, é o espelho das diversas formas de paisagem ribeirinha, que pode ser traduzida no uso múltiplo de tempos e de espaços em que são materializadas as atividades produtivas, como a pesca e a agricultura vinculadas às dimensões simbólicas, principalmente à ordenação do mundo vivido.

Além da importância da percepção dos sujeitos em ver o rio compondo um conjunto de subjetividades - desde o lúdico até a reconstituição da memória social relacionada à vivência cotidiana nos rios -, a paisagem ribeirinha é composta por coloridos dos barcos e velas que dão ao espaço um movimento peculiar na busca da satisfação material e sentimental dos sujeitos no cotidiano beira-rio. As embarcações representam muito mais do que simples recursos econômicos, significam, pois, a festa, o encontro, o movimento colorido, contido nas ondas e nos balanços das canoas, velas e barcos. Portanto, o barco é uma referência espacial no cotidiano ribeirinho, presente tanto na memória social e na percepção da paisagem, como elemento primordial na realização de práticas sociais. Parafrasando Lefebvre (2001) pode-se dizer que os ribeirinhos dão ao seu cotidiano sentido em ter direito ao espaço, desde o lúdico até as atividades de produção, de sobrevivência.

Corrêa (2003), por seu turno, menciona que a margem dos cursos d'água é o *locus* da dimensão ribeirinha, de suas ações e referências simbólicas. Nesse caso, para a autora, a beira-rio assume a localização do cotidiano ribeirinho. Porém, entender a espacialidade ribeirinha amazônica é ir além das margens fluviais, ou seja, a vida ribeirinha não se desenvolve e não se reproduz somente numa fração espacial relacionada às margens ou às beiras dos rios. Ter como critério de localização a vivência ribeirinha é tomá-la como estática, inerte à cotidianidade. Nesse sentido, é necessário refletir as formas de apropriação e a reprodução deste modo de vida que se encontra em muitas cidades amazônicas.

Heller (1989), numa importante discussão a esse respeito, refere-se à vida cotidiana como experiências vitais e intersubjetivas na construção do mundo. A vida cotidiana elabora signos e instituições na tentativa de ordenar a experiência no vivido. Compreender o cotidiano ribeirinho, neste contexto, é espacializar - numa linguagem geográfica - as práticas sociais dos sujeitos. Concordando com Heller (1977), o cotidiano prolonga-se a outras atividades, sejam elas simbólico-culturais, econômicas e políticas, o que permite compreender seus processos

de produção e de vida política. Pode-se dizer que a vivência ribeirinha se espacializa, dialeticamente, em formas/objetos espaciais, apresentando também conteúdos sociais singularmente marcados por temporalidades, que indicam uma história social, composta por laços de solidariedade, de proximidade, do uso na organização da vida.

Para Trindade Jr et al (2005) a relação entre cidades e rios amazônicos revela a própria produção do espaço geográfico, pois através da dialética espacial (Lefebvre, 1981) é que se identificam os múltiplos usos e formas de apropriação. Na medida em que são criados meios de sobrevivências e de expressão desse viver, tem-se a condição da reprodução social, integrada na relação imediata cidade-rio, sociedade-natureza. É por meio da produção do espaço que são edificadas as paisagens do modo de vida ribeirinho, pois é na relação dialética entre forma e conteúdo (Santos, 2004) que se encontram os fragmentos da vida ribeirinha no contexto urbano amazônico, muitas vezes invisibilizados na expansão deste ritmo, que ora oprime e exclui e, ao mesmo tempo, articula-se e aproxima-se através de objetos e ações construídos historicamente pelo homem amazônico (Trindade Jr., 2005).

Assim, compreender a dimensão ribeirinha é refletir o cotidiano inserido numa totalidade espacial expressa na relação entre a ordem próxima e a ordem distante. (Lefebvre, 2001). A ordem próxima traduz-se na vida de toda humanidade, na reprodução familiar, nas relações do cotidiano. Estar relacionada à festa, ao valor de uso nas relações sociais do e no espaço, na realização dos sonhos, das utopias. A ordem distante tem a ver com a própria história do capitalismo, da divisão social do trabalho e da organização social. É na ordem distante que se programa o cotidiano da sociedade urbana, é nela que estão: o saber instrumentalizado e o poder hegemônico, interessados na racionalidade das práticas sociais direcionadas ao consumo e ao valor de troca, da mercadoria. É nesse jogo dialético que se encontra o cotidiano e a produção do espaço, pois:

Ao contrário, de um ponto de vista filosófico, que busca uma abordagem unitária da realidade, o próximo e o distante na obra de Lefebvre referem-se não a quantidades, mas a qualidades. Qualidades que expressam diferenças em termos de escalas, esferas e formas de representação e (re)produção do espaço social - que representam uma retomada da contradição latente entre o valor de uso e o valor de troca entre a apropriação social, o vivido e a dominação, o concebido. Entre o hegemônico e o não-hegemônico. Contra a subsunção do espaço absoluto pelo espaço abstrato do capitalismo (Limonad; Lima, 2003, p 22).

É nessa dialética entre ordem próxima e ordem distante que cada sociedade cria seu próprio espaço e seu tempo e assim se realiza (Lefebvre, 1980). De tal maneira, que a espacialidade ribeirinha também usa o tempo e o espaço de modo particular, a fim de se realizar como sociedade e como expressão de vida no contexto urbano amazônico. Para Trindade Jr (2003), a identidade ribeirinha implica na interação entre sistema de objetos e sistemas de ações, em que é necessário considerar sua espacialidade historicamente construída, haja vista que é primordial considerar:

Interações e modos de vida que são estabelecidos entre os cidadãos e o rio, seja este tratado como via de transporte de importância fundamental, seja este considerado como fonte de recurso econômico e de subsistência, seja ainda como referencial simbólico intrinsecamente relacionado à vida do homem amazônico (Trindade Jr, 2003, p. 03).

Silva e Malheiro (2005), refletindo sobre a identidade ribeirinha na orla fluvial de Belém, apontam formas/objetos, que, articulados num contexto espaço-temporal, espelham o modo de viver, o cotidiano ribeirinho. Tendo como ponto de partida a dialética do espaço e o estudo de Rieper (2003), os autores analisam alguns arranjos espaciais que refletem o contínuo do viver ribeirinho, suas espacialidades e vivências com a vida metropolitana, a qual nega sua existência, mas que, por outro lado, articula-se em fragmentos de vida. Assim, a face ribeirinha se metamorfoseia através de formas e conteúdos espaciais interligados ao mundo urbano, ao tempo desta sociedade eminentemente urbana. A dinâmica das formas desse cotidiano ribeirinho desempenha certas vivências e referências simbólicas e territoriais para os sujeitos que ali mantêm relações, pois é neste espaço de vivência que se materializa a cotidianidade entremeada nas dimensões da realidade espacial amazônica: as verticalidades e horizontalidades. De tal modo que os autores, ao se referirem à identidade ribeirinha ressaltam a produção do espaço materializados na paisagem, pois:

Os objetos que a constituem acabam por “funcionar” como referências, sejam para as vivências, sejam para as diferenças existentes no interior dos espaços de identidade ribeirinha presentes na orla fluvial de Belém. Estes objetos constituem espaços desta identidade (Silva; Malheiro, 2005, p.147).

Tais objetos espaciais, que representam a identidade ribeirinha -sua espacialidade -, são, segundo os autores, o rio, o barco e o trapiche. O rio indica não apenas o tempo da natureza e as atividades ribeirinhas a ele relacionadas, mas principalmente ao processo humano diante da

natureza, o valor da troca, o movimento, as narrativas e histórias (Marin et al 2005), “vivências e sobrevivências nos portos e trapiches”, cujo ritmo urbano é presente e coexiste nesta dinâmica espacial (Silva; Malheiro, 2005). O barco compõe a paisagem ribeirinha, cujo olhar alcança o colorido das embarcações e remete à memória do lúdico no rio, ao laço de parentesco e à afetividade que esse objeto desperta (Rieper, 2005). Para Silva e Malheiro (2005), o barco é o elo entre o homem e o rio, é a moldura da paisagem ribeirinha que indica de imediato a temporalidade residual. É através do barco que há o encontro entre o cotidiano irredutível com o tempo hegemônico da metrópole. As embarcações significam a ligação de milhares de povoados amazônicos, seus sonhos, necessidades, esperanças e a cidade urbana, no caso Belém.

O trapiche materializa o encontro, a festa, as sociabilidades dos agentes sociais; é o *locus* das vivências ribeirinhas, da troca material e simbólica. Ele é um híbrido social, um símbolo, que consegue reunir mundos diferentes. Portanto, longe de ser estático e inferir a idéia de fronteira entre dimensões diferentes, o trapiche é composto por realidades opostas, mas que se complementam e se articulam, desenvolvem-se e negam-se, ao mesmo tempo, são espaços híbridos (Marin et al, 2005). O trapiche sintetiza o conjunto de relações da experiência ribeirinha ao fazer o contato entre mundos do além rio e do tempo metropolitano. É nesse objeto espacial que se reúnem os processos da ordem próxima e da ordem distante, das interações entre as horizontalidades e as verticalidades; é o lugar do vivido espacial que emerge das contradições, opressões e das resistências e dos mecanismos de sobrevivência desse modo de vida ribeirinho.

Enquanto objeto espacial marcado por um forte conteúdo simbólico, o trapiche representa um sonho; a sociabilidade que o tempo da metrópole não realizou, mas que pelo contrário, continua negando-a ao deixar estes espaços literalmente às suas margens. Concretamente, ele se presta à sobrevivência de inúmeros agentes excluídos das vantagens do tempo hegemônico da metrópole. Ao mesmo tempo, constitui-se por inúmeros encontros e desencontros, por onde passam caminhos e descaminhos (Silva; Malheiro, 2005, p. 162).

O modo de vida ribeirinho produz seu próprio espaço e seu tempo, suas formas e feições, o que proporciona a reprodução social das vivências, do encontro, das sociabilidades e das resistências e das diferenças. Buscar a articulação teórica em Henri Lefebvre para compreender a produção do espaço social, tendo em vista a espacialidade ribeirinha, é salientar que o cotidiano é o tempo vivido, é o tempo dos corpos, da apropriação espacial, ou seja, remete ao plano simbólico, do valor de uso, da afetividade e da felicidade, sem

dominação e alienação. É nesse contexto da espacialidade ribeirinha na Amazônia que o modo de viver, o contato imediato cidade-rio, resulta num tipo de organização espacial, onde muitas localidades, vilas e povoados desenvolveram-se seguindo os cursos naturais em contato com a sociedade urbana. Há de um modo geral, maneiras desses sujeitos expressarem seu cotidiano por meio de mecanismo que configuram uma organização espaço-temporal. As tradições, as reelaborações culturais e as espacialidades proporcionaram legado de reprodução social associado ao tempo dos rios amazônicos.

Primeiramente, vale lembrar que várias presenças humanas construíram mecanismos para a perpetuação e reprodução nos trópicos úmidos. Nesse sentido, em São Domingos do Capim, pode-se inferir que sua primeira organização espacial tinha nos povos indígenas seu elemento primordial como orientação e saber tradicional com relação à sobrevivência na floresta. No dizer de Hébette (2004a, p.44):

Quando foi aberta a rodovia Belém-Brasília, o sul do enorme Município de São Domingos do Capim, no Pará, era apenas perambulado por pequenos grupos indígenas (Amanayé, Anambé, Turiwara e Gavião). O envolvimento desses povos com a terra era total. Terra, mata e rio faziam parte de suas vidas; eram seu espaço, sua subsistência, sua moradia, seu lazer, sua experiência ritual, sem valor, sem preço.

Posteriormente, a inserção eclesial no Município deu uma nova feição na organização sócio-espacial. Por meio do padrão católico no espaço local, ainda hoje, persistem comunidades que se desenvolvem e se organizam de acordo com a dinâmica paroquial e sua divisão de trabalho em núcleos ribeirinhos. Isso é realizado através do referencial espacial católico construído historicamente no Município: suas igrejinhas e capelas à beira rio. Pode-se dizer que foi pelos rios amazônicos que o catolicismo fez/faz sua história. De tal modo, o elemento rio e igrejas e/ou capelas estão associado à manifestação de hierofania no espaço (Elíade, 1992) e no próprio movimento de muitas comunidades, localizadas fora da sede urbana. Assim na Amazônia:

Esse espaço eclesial proporcionou aos mais empreendedores dos colonos a possibilidade de integrar e até liderar iniciativas novas e fecundas, desde construções comunitárias de capelas e escolinhas, centros de reuniões, hortas e roças comunitárias, até ocupações de terra. Proporcionou também a eles um referencial intelectual sócio-político para a compreensão dos processos sociais em que eles se sentiam envolvidos, graças também à contribuição de estudantes e intelectuais, inclusive da academia; recebiam assim orientações e apoio de

instituições como da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos e outros (Hebette, 2004b. p.125).

De maneira geral, através dos rios do Município se conta também a experiência religiosa e da organização sócio-espacial engendrada pela Igreja Católica. Pensar a paisagem ribeirinha também é se referir ao conteúdo simbólico que as igrejas desempenham na vida social de São Domingos do Capim, pois o conteúdo temporal na explicação cotidiana se faz presente, principalmente no que se refere ao fenômeno da pororoca³, uma vez que, segundo a história oral, para conter as fúrias das ondas da pororoca, foi construída uma imagem de Cristo com braços estendidos para os rios Capim e Guamá.

[...] Tem diminuído muito a pororoca, as pessoas acusam geralmente, porque elas dizem que a lenda são os três pretinhos que vêm do fundo do rio que nesse período eles saem, agitam as águas e formam a pororoca e um deles morreu, por isso diminuiu. Outros dizem porque colocaram a imagem de Cristo de frente pro rio e aí ele parou a pororoca (Informante local, membro eclesial, 27 anos. março/2006).

É uma cidade muito religiosa, um povo religioso e tudo gira em torno da igreja, até a prefeitura ela é ligada. Tem uma senhora que trabalha aqui e é paga pela prefeitura. O salão, a limpeza tudo pela prefeitura. Se a prefeitura precisa de nosso salão ela utiliza também para reuniões (Informante local, membro eclesial, 30 anos, fevereiro/2006).

A produção social do espaço local também contou com a presença negra que configurou formas de subsistência e saberes ligados ao uso da terra, principalmente ao cultivo da mandioca. A força de trabalho na construção da igreja matriz, como também nos engenhos de maré dá a singularidade que desempenharam na história social. Entretanto o que tem a ver a presença negra na dimensão ribeirinha do Município? Não basta aqui se reportar à força

³ A explicação científica se detém na origem do fenômeno que envolve uma série de circunstâncias físicas para a manifestação da pororoca, mas ao mesmo tempo, utiliza de descrição fantástica baseada nas experiências cotidianas de muitos caboclos amazônicos. Por exemplo, para Guerra (1993), é o nome dado ao impacto causado pelo encontro das águas oceânicas em sentido contrário com as dos rios, fazendo grande barulho, ouvido a distâncias; o mar acaba vencendo o Amazonas e seus afluentes. Hage (2003) numa mescla de explicação científica e marketing turístico introduz seu conceito na discussão sobre o fenômeno. Para o autor, a causa da pororoca é a influência das marés que proporciona grandes ondas, avançando em direção contrária à da corrente do rio, destruindo tudo o que encontra em seu caminho. Ela é precedida de um som reboante e profundo, é um espetáculo, um misto de horror e grandiosidade, que causa pavor aos habitantes e admiração aos turistas. De modo geral, de origem Tupi (*poroc poroc = grande estrondo*), a pororoca nasce na foz do rio Amazonas e, com o movimento de fluxo e refluxo das marés, as ondas passam aproximadamente de 12 em 12 horas e podem chegar a uma altura de 3,5m a 4,0m. Diferentes das ondas do mar, a pororoca tem duas correntes em sua formação. Uma que passa por cima, a do mar, e outra por baixo que corresponde a do rio, formando, assim, como num duelo de forças entre o mar e o rio, este fenômeno, pouco comum no planeta (CARVALHO, 1942; TERRA, 1999).

escrava como parte integrante na história da economia local - engenhos de cana-de-açúcar - e na construção patrimonial local (igreja matriz). Considerar a presença negra na dimensão ribeirinha é ir muito mais além. É preciso adentrar nas representações sócio-espaciais amazônicas.

A dimensão ribeirinha, composta pela presença negra, é invisibilizada, pois diz respeito à origem das representações sócio-espaciais da pororoca. De início, a lenda mencionava três botinhos, personagens da relação amorosa entre a índia e o animal, o boto transformado em homem. Porém, com a reelaboração cultural e a interação das diversas etnias historicamente construídas no espaço local, surgiu no processo de desenvolvimento da tradição oral a figura dos três “pretinhos” da pororoca. De botinhos a pretinhos, as representações referem-se à negritude e às suas aventuras, peripécias. Para pensar as vivências e o cotidiano ribeirinho faz-se necessário incluir o negro e o simbolismo cultural nas representações sócio-espaciais transportadas nos rios Capim e Guamá quando da manifestação do fenômeno da pororoca.

[...] Os três pretinhos da pororoca eles são a cabeça da pororoca. Eles que quando a maré enche no seco eles levantam aquelas águas e venham na cabeça da pororoca... esses pretinhos. Agora, contam que já morreu um, disque. Por isso que ela não dá grande agora. As pessoas falam isso, que só tem dois (risos) (Informante local, agricultor, 27 anos, fevereiro/2006).

As ações desses agentes sociais constituíram um padrão de organização espacial ao associar os saberes diversos aos mecanismos de reprodução social, no que se refere aos recursos da floresta e à vida cotidiana. Desse modo, a população tem nos recursos naturais e nos saberes tradicionais conquistados ao longo da história, o meio de garantir a reprodução social, seja material seja imaterial de sua gente. As atividades econômicas, como extrativismo e agricultura, fazem com que muitas comunidades comercializem seus produtos florestais no trapiche municipal ao qual exerce papel preponderante de articulação entre “mundos” diferentes: o urbano e o ribeirinho.

A espacialidade ribeirinha no Município se expressa no sentido econômico em que os rios e trapiches de comunidades desempenham; religioso visto no padrão organizacional das capelas e/ou igrejinhas, como também na explicação/orientação do fenômeno da pororoca e, por último, o simbólico-cultural observado na prática cotidiana dos moradores diante da pororoca e às representações sócio-espaciais que os moradores mantêm quando da ocorrência do fenômeno. Assim, os rios, além de possuírem relevância no transporte de pessoas,

mercadorias e sonhos, nos recursos econômicos/sobrevivência, também denotam um valor de uso, afetivo, da manifestação do lúdico no espaço, haja vista que moradores mantêm essa relação de contato com os rios por meio do aparar⁴ a pororoca, constituindo vivências cotidianas entre moradores e os rios. É nesse fragmento de vida que o turismo passa a se desenvolver, ocasionando o embate entre as representações do espaço e o espaço das representações diante da realidade de um Município amazônico que, por seus recursos naturais, irá reunir simultaneidades e coexistências de temporalidades antagônicas, mas complementares, o que demonstra a grande complexibilidade da produção do espaço social.

3. O Desenvolvimento do Turismo entre a Programação e o Vivido: contradições e conflitos

Diante da complexibilidade social da Amazônia, o turismo começa a se integrar ao modo de vida ribeirinho. Seu desenvolvimento traz um novo ritmo, estilo de vida, costumes, consumo e de tempos diferenciados nas relações no Município. E a partir de uma necessidade da vida urbana, o turismo surge como alternativa ao trabalho desempenhando nos roçados, quintais e retiros.

Ele começa a ser implementado em 1999 de maneira incipiente, uma vez que se priorizou o esporte na modalidade do surf na pororoca e, em 2001, o poder local apresenta-o aos moradores como uma das alternativas economicamente viáveis, tendo em foco o desenvolvimento.

A economia primária do Município vem de uma agricultura protagonista do atual modelo de desenvolvimento, baseado no cultivo da mandioca. A principal produção de geração de renda é a farinha de mandioca, não se esquecendo, também, o açaí, a pecuária, a manufatura e cerâmica. Outra atividade emergente é o ecoturismo ou turismo, visto que o Município apresenta riquezas inexploradas ou pouco exploradas, no caso: os rios, igarapés, trilhas, ilhas etc. A pororoca, [é um] fenômeno da natureza, produto de desenvolvimento sócio-cultural de São Domingos do Capim (Prefeitura Municipal de São Domingos do Capim (PA), informativo publicitário, nº 2, março/2002).

⁴ Segundo a pesquisadora Alessandra Souza/UFPA os moradores locais mantinham seu próprio lazer no rio, principalmente, na ocorrência da pororoca, pois essa relação íntima favorecia a que muitos tivessem na pororoca um sinônimo de aventura, pois as ondas fortes estimulavam os moradores mais corajosos a “aparar a pororoca”, ou seja, irem com barcos e montarias sentir a onda passar. Era uma diversão tanto para quem assistia como para quem estava no rio, porque ela os jogava para cima e para longe das margens do rio. Havia também o enfrentamento mais corporal do homem de São Domingos do Capim com as ondas, ou seja, não utilizavam barcos ou montarias para brincar, apenas esperavam a pororoca passar para que ela os empurrasse para cima, mas protegiam-se das forças e agressividade das águas segurando-se em varas grandes previamente fincadas no rio pelo próprio morador (Informação verbal. XI Fórum Paraense de Letras, realizado nos dias 04 a 07 de outubro de 2005 em Belém).

Assim, São Domingos do Capim começou a despontar para o cenário internacional, nacional e regional através do uso turístico de seus recursos naturais, por meio da realização do campeonato de surf na Pororoca no ano de 1999. Promovido pelo Governo do Estado, tendo como executora a Secretaria de Esporte e Lazer (SEEL), esse campeonato de Surf abriu a temporada 2005 dos eventos esportivos organizados pela SEEL. Para o Governo do Estado essa iniciativa representa uma valorização do esporte, que poderá estimular atividade. A SEEL tem como parceiros a Associação Brasileira de Surf na Pororoca (ABRASPO) e a Prefeitura Municipal de São Domingos do Capim. Esta é responsável pela realização do Festival da Pororoca, iniciado em 2001. Da mesma forma é responsável pelo planejamento da atividade do turismo, tendo em vista as atrações culturais, as premiações, a infra-estrutura, entre outros.

Na verdade nós estamos prestigiando o sétimo campeonato de surf, o qual foi trabalhado pela SEEL que introduziu, através do Amaro Klautau (político estadual), o campeonato de surf e depois de dois anos é que foi iniciado o festival da pororoca. Então é o quinto festival da pororoca e o sétimo campeonato de surf. O campeonato de surf, sendo assim um esporte radical, trouxe muitos adeptos... São turistas de todo o mundo, entendeu!. Japão, Estados Unidos, da França. Então, lançamos o festival da pororoca que consiste em várias atrações: a garota pororoca, a premiação dos surfistas e outros. (Informante local, Assessor Municipal de Cultura e Turismo, 25 anos, março/2005).

O turismo, utilizando um dos principais recursos de circulação de pessoas e de mercadorias, tornou o rio Capim um produto turístico que desempenha uma nova função, a do surf na pororoca durante os meses de março ou abril. Com características híbridas de espaço ribeirinho - posto que o rio é parte integrante da vida social e econômica de seus moradores -, e urbano - definido pela expansão do modo de vida mais moderno, intensificado com a integração rodoviária -, tem no turismo uma atividade que reestrutura temporalidades do espaço local. Nesse sentido, a atividade do turismo propicia a coexistência de vários tempos. Um tempo mais moderno marcado pela rapidez de diversas ações e fluxos de tecnologias e de pessoas, e outro, marcado por um tempo mais tradicional de um Município ribeirinho. Nesses termos, entende-se por temporalidades a simultaneidade de vários ritmos e tempos históricos de vida social no espaço geográfico, sendo que este é “*capaz de reunir a todos, com múltiplas possibilidades, que são diferentes usos do território relacionados com possibilidades diferentes de uso do tempo*” (Santos, 2004, p.160).

Assim, o planejamento do turismo apropriando-se da pororoca a usa como instrumento de marketing, como símbolo de identidade, o que faz São Domingos do Capim ganhar o

codinome “a capital da pororoca”. O Município passa a ser inserido na marca da competitividade em que é necessário unir um substrato cultural com intuito de obter mais mercado, investimento e lucro. Isso, aliado à idéia de peculiaridade, de exótico, de singularidade. Do que é pouco comum na região amazônica cria-se o marketing, priorizando uma Amazônia lapidada, representada conforme o imaginário do turista romântico (URRY, 1996). Assim, muitos moradores têm nessa idéia a expectativa de sair do “atraso” que São Domingos do Capim antes enfrentava ou enfrenta.

Esse evento é de suma importância, porque como ele se tornou mundial, já é conhecido no mundo inteiro. Isso faz com que São Domingos do Capim esteja lá fora. Embora a gente não tenha tido um benefício com isso aí, mas São Domingos é conhecida lá fora, com certeza. Pra mim a pororoca é um acontecimento natural. Eu nasci ouvindo dos meus avós e dos meus pais que a pororoca é uma onda enorme que hoje não é mais. Hoje a pororoca é um nome que tá muito lá fora, que todos conhecem, aliás, a pororoca é uma referência pra nós. É um fenômeno natural, mas é uma lenda também e uma referência da cidade (Informante local, funcionário público, 34 anos, maio/2006).

Teimoso povo que luta, que acredita num futuro com qualidade de vida, dono do fenômeno que lhes dará vida e inclusão, fazendo da pororoca produto de seu futuro. Sair do atraso econômico e cultural, preservando suas riquezas naturais, utilizando desse fenômeno para promover cidadania, avanço cultural para transformar em produto e desenvolvimento, a marca pororoca, garantido o futuro para sua gente (Fragmentos do poema “*pororoca: fenômeno e realidade*”, elaborados por Nonato Guimarães e Eleonor Almeida, moradores locais, março/2002).

As concepções e objetivos das esferas públicas acerca do evento no Município são diferentes. Para o governo do Estado, a preocupação maior é o sucesso do campeonato de surf, o qual integra o circuito nacional da modalidade, envolvendo os Estados do Amapá e Maranhão. Por isso, justificam-se os discursos de popularizar o esporte, a enorme campanha de marketing, os gastos públicos com segurança, transporte, comunicação e saúde. Por outro lado, para a Prefeitura Municipal de São Domingos do Capim, o turismo consiste numa alternativa de desenvolvimento com propósito de melhorar a infra-estrutura do Município, de estimular a economia e de valorizar a cultura local.

A posição da SEEL é de tentar fomentar o esporte. Possibilitar que seja a massificação das modalidades na população local, que haja muitos praticantes com a melhor qualidade de vida e também, paralelo a isso, possibilitar a interiorização, valorização dos Municípios no Pará, e quiçá também trabalhar unificado com o turismo. (Informante/SEEL, Coordenadora do evento, março/2005).

A iniciativa privada insere-se no patrocínio dos eventos, tendo como retorno financeiro a exposição de suas marcas nos mais variados meios midiáticos possíveis oferecidos pelos organizadores. Seu principal objetivo é aproveitar a oportunidade da visibilidade que o evento tem garantido no País e em alguns outros países, a fim de expor sua marca mercadológica e persuadir potenciais consumidores. A pororoca e suas vivências cotidianas não passam de um ótimo negócio nesse planejamento.

Estamos agora realizando vários shows e eventos de âmbito nacional. Já trabalhamos com bandas de forró, por exemplo. O evento da pororoca é uma oportunidade, né! Nossa estratégia é veicular a nossa marca durante o evento e colocá-la nas caixas de som que estão no palco e expor para todo público. As caixas funcionam no sistema *flay*, porque estão suspensas ao lado do palco, é usado um sistema novo, mais moderno que estamos lançando em primeira mão em São Domingos do Capim. Nosso objetivo é propagar a imagem Japa Sound, tornar visível ao público (Informante da empresa Japa Sound, abril/2006).

A nossa empresa é que organiza o evento em conjunto com a prefeitura. Nós trabalhamos eventos de projeção nacional e como o festival da pororoca repercute nacionalmente a gente resolveu também organizar esse evento com parceira da Nova Schin. A Nova Schin trabalha com a gente em vários eventos. Nesse caso, a pororoca é uma boa estratégia de marketing, porque ela abrange todo território nacional, inclusive a Nova Schin é muito forte na região norte-nordeste podendo abranger outros Estados. Todo tipo de marketing é ótimo, por isso está sendo satisfatório para as empresas como a Nova Schin, a Japa Sound, a Biri Night e a Apeú Motos. São todas parceiras na realização do evento. A mídia abrange televisão, rádio, até mesmo a população, os turistas, o visual na cidade, tudo isso é muito bom, é oportuno para expor nossas marcas (Informante das empresas patrocinadoras, promotor do evento, abril/2006).

As ações públicas em São Domingos do Capim aos “olhos” da população local, estão sendo trabalhadas de maneira articuladas e integradas tendo em vista a atividade do turismo se tornar uma alternativa factível de planejamento e desenvolvimento. Contudo, observando as estratégias da SEEL e do poder público local se têm verificado ações diferenciadas e até isoladas quando da realização dos eventos no Município. Assim, enquanto a SEEL coaduna esforços orçamentários para o sucesso do Circuito Nacional de Surf da pororoca - que envolve também os estados do Amazonas, Amapá e Maranhão-, a Prefeitura praticamente arca com os maiores ônus da festa, direciona suas ações políticas para o desenvolvimento do turismo.

Com o decorrer dos festivais, dos campeonatos, eu percebo que os orçamentos foram assim se afastando. Então a SEEL, a gente não tem nenhum problema com o Estado, mas ela procura fazer o trabalho dela, mais direcionada ao campeonato de surf juntamente com o Projeto Navegar, que é um projeto que já tem aqui há vários anos. E a prefeitura se preocupa mais com o festival, no entanto nós temos

propostas agora mais amadurecidas de juntamente com o Estado poder proporcionar uma melhoria na cidade. Esse projeto eu acredito que a gente deve estar colocando em prática para o ano que vem para estreitar a relação entre o Município e o Estado (Informante Local, Assessor de Cultura, 25 anos, março/2005).

O trabalho é articulado desde o primeiro ano. A gente entra em contato com a prefeitura, mostramos a proposta e, em caso eles aceitando essa parceria, direciona quem, o que e a competência de quem. Esse trabalho com a prefeitura de São Domingos do Capim, nos já estamos há sete anos, tem dado certo graças a Deus. Bem, o apoio técnico é de responsabilidade da Associação Brasileira de Surf na Pororoca, cujo presidente, Dr. Honório Sobrinho, foi o criador da idéia do surf na pororoca e que foi mais audacioso, pois também teve o sonho de colocar isso daí como um trabalho de calendário do governo. Apresentou a proposta na época e nós estávamos surgindo com a Secretaria de Esporte, e assim... Foi o primeiro evento realizado pela Secretaria de Esporte e que até hoje permanece, inclusive estando na agenda mínima do governador (Informante/SEEL, Coordenadora do evento, março/2005).

Muitos moradores têm no turismo expectativas de melhorar sua condição de vida. Isso pode ser visto nas atitudes de residentes locais em reformar suas casas e credenciá-las junto à administração pública, a fim de alugá-las aos turistas para servirem de meios de hospedagem, consistindo numa tentativa da Prefeitura em amenizar a deficiência de infraestrutura turística local, muito embora essas ações não tenham sido satisfatórias para alguns moradores.

Apesar do slogan “povo no governo” a gente não é chamado em nada, não é um governo participativo, é algo fechado. No primeiro mandato do Pe. Pinheiro ele usou a escola e a sociedade capimense pra fazer um papel que era dele. Eles fizeram uma gincana intercolegial que tinha como objetivo inserir, até em então, a população no festival da pororoca o que não foi feito. A tarefa da gincana era limpar a cidade, suas ruas, a rampa e outras coisas. As escolas fizeram um trabalho brilhante, toda cidade estava enfeitada, limpa mesmo, a beira da cidade estava um pecado... Linda mesmo! A crueldade que eles fizeram foi não dar um valor ao nosso esforço, nem o prêmio prometido eles não deram para as escolas. Prometeram horta escolar, não ganhamos, pedimos um kit de vôlei, nem isso ganhamos. Isso é lamentável, revoltante, fomos todos usados. Para eles surtiram efeito, mas pra nós foi péssimo. Em 2001, foi o melhor festival, nós professores tínhamos uma barraca de vendas na beira, hoje tu vás lá não tem mais barracas de escolas nenhuma. Não há apoio e isso é triste, infelizmente (Informante local, funcionário público, 40 anos, junho/2006).

As ações e projetos públicos do governo do Estado relativos ao desenvolvimento do turismo têm ocasionado uma visão mercadológica que envolve a pororoca. Como produto turístico de São Domingos do Capim e sob a influência do modelo competitivo do Estado, o poder

público local tenta inserir-se na exigência imperativa de criar inovação e de diferenciar produtos com qualidade e criatividade, no intuito de possibilitar a inserção permanente do Município no cenário turístico nacional, haja vista que a pororoca ocorre em poucos lugares do Brasil e do mundo.

Nesse ponto, a política de desenvolvimento parte de um instrumento do planejamento para criar uma imagem, uma marca, capaz de inserir o lugar no mercado turístico. Assim, a instrumentalização tecnocrática do planejamento torna-se, em muitos casos, um definidor de práticas sociais e de imagens de lugares, e, como consequência, induz desejos, atitudes, consumo a serem realizados pelos turistas nesses espaços (Silveira, 1996; Trindade Jr, 2005).

A importância atribuída ao marketing, nesse planejamento seleciona frações espaciais e suas respectivas vivências, impondo atitudes homogêneas, o que ocasiona uma visão deturpada das dinâmicas cotidianas historicamente materializadas nesses espaços. Visando embelezar e criar modelos por meio de imagens persuasivas, o padrão de desenvolvimento turístico torna-se um instrumento de legitimação política que substitui um planejamento mais sério e flexível, haja vista que em alguns lugares, o marketing, por exemplo, adquire suma importância, posto que apresenta aos visitantes e aos turistas espaços selecionados, falseando a realidade sócio-espacial ao tentar esconder suas contradições e conflitos na produção do espaço turístico. Assim, para atender às demandas de acesso e de infra-estrutura no Município, o poder público (estadual e municipal) pavimentou a PA-127, principal rodovia de acesso a São Domingos do Capim; reformou o cais de arrimo; retirou as barracas de madeiras localizadas na orla e substituiu por quiosques em alvenaria como uma forma de standartização do espaço (Trindade Jr, 2005); construiu praças e calçadas que margeiam o rio Guamá. Essa modificação na paisagem do Município consistiu na urbanização da orla, que incluiu a instalação de um sistema de contenção de resíduos sólidos com objetivo de amenizar a poluição no rio Guamá; entretanto isso alterou práticas cotidianas materializadas no espaço local.

No período do Festival, na rodovia PA- 127, reinaugurada em março de 2004, os meios de transitar através de bicicletas e/ou a pé, dão lugar às diversas formas de uso, tais como, circulação de carros, ônibus, vãs e motocicletas, ensejando um novo ritmo social no Município. Os moradores, de certa forma, têm seu lazer na pororoca reduzido, porque a organização do campeonato de surf fiscaliza e assegura o acesso do rio para o desenvolvimento da competição. Ademais, os novos objetos tecnológicos usados pelos turistas e competidores nos rios inibem a prática do lazer local, tradicionalmente conhecido e de maneira bem diferenciada daquela imprimida a partir da turistificação do espaço local.

Antigamente a pororoca, a gente sempre conversa isso aqui sabe, de vez em quando, antigamente a pororoca era só nossa. A gente fazia o que a gente queria, pegava uma canoa e ia “aparar” a pororoca. Hoje em dia não se pode mais, então a gente fica com o coração um pouquinho apertado, poxa! Não posso mais “aparar” a pororoca, é *jet ski* que passa aqui, é voadeira aqui (Informante local, Servidor Público, 25 anos, entrevista/2006).

O turismo melhorou visualmente a paisagem da beira, mas eu fui contra isso, porque derrubou muitas árvores da beira, isso é um ponto fundamental. As pessoas pensam que o progresso é tudo de bom, mas eu sinto como moradora nata... Tinha muitas coisas boas na beira que hoje só restam lembranças. Por exemplo, antes você saía e sentava nos bancos, tinha uns bancos lá, tinham acácias e mangueiras na frente e os bancos ficam de baixo, você sentava de tardinha e de noitinha, passeava e ficava lá. Mas hoje você não pode fazer mais isso, além de você não ter as acácias e mangueiras, você não tem privacidade, porque São Domingos ficou mais visado e visitado, como não tem estrutura acaba acarretando conseqüências para comunidade capimense (Informante local, funcionário público, 38 anos, entrevista/2006).

É neste embate das práticas espaciais que o turismo, enquanto fenômeno urbano, tem ocasionado transformações sócio-espaciais em cidades/lugares que direcionaram seu planejamento apenas à reestruturação físico-territorial, a fim de tornarem-se “modelos” de competitividade, objetivando inserir-se na globalização econômica (Harvey, 2005; Sánches, 1999).

4. Reflexões Conclusivas

O turismo em São Domingos do Capim como proposta de desenvolvimento, surgiu de uma experiência exógena com relação à prática cotidiana. Ao longo dessa experiência com o turismo os moradores se encontram entre duas ações de políticas públicas diferenciadas para a cidade, mas que de um plano geral se apresentam, via marketing, como uma ação coordenada entre o Estado e poder público local aos olhos de muitos. Assim, o Estado tem priorizado o esporte ao investir e direcionar os recursos para a execução do campeonato, trazendo reforço policial e de segurança (via hidroviária, terrestre e aérea), assistência médica e hospitalar, infra-estrutura de comunicação à imprensa local e nacional, auxílio aos competidores. Isso vem ocasionando vários embates políticos entre moradores e o poder público, no que se referem aos gastos com o evento, uma vez que não se prioriza as necessidades do Município, como educação, saneamento e assistência técnica e especializada aos pequenos agricultores rurais.

Enquanto que a Prefeitura local tem no turismo uma perspectiva de desenvolvimento; porém, ao longo dos anos, vem sentido a restrição técnica e financeira do Governo do Estado em apoiar as políticas municipais tendo em vista a execução da atividade do turismo. Por sua vez, a população local é apenas uma espectadora diante das transformações de ritmos e de tempos, que por vezes, modificam suas práticas cotidianas ribeirinhas haja vista que a maioria não decide o futuro de São Domingos do Capim no planejamento e na gestão do turismo municipal.

A simultaneidade de tempos diversos implica, também, em novos desdobramentos no Município. No caso, o rio, a pororoca, as casas de residente locais estão desempenhando novas funções, tendo novos atores imprimindo relações, ou ainda, com o turismo houve novas representações sócio-espaciais sobre a pororoca em que moradores tentam explicar a diminuição do fenômeno. Isso vem consistindo na própria expansão do modo de produção capitalista em contraste a um modo de vida mais tradicional, no qual a produção social está mais ligada aos recursos e ciclos da natureza, em suma, a uma temporalidade distinta, porém, não isolada, da vida moderna.

Referências

- CARVALHO, D. 1942. O rio Amazonas e sua bacia. *Revista Brasileira de Geografia*. Abril/Junho, p.77-93.
- CORRÊA, M.T. 2003. *Ribeirinhos do rio madeira*. (mimeo).
- ELIADE, M. 1992. *O sagrado e o profano: a essência das religiões*. São Paulo: Martins Fontes.
- GUERRA, A.T. 1993. *Dicionário geológico-geomorfológico*. 8 ed. Rio de Janeiro: IBGE.
- HAGE, Dionísio. 2003. *Estudos paraenses e amazônicos*. 2 ed. Belém: Distribel, p. 86. 184p.
- HARVEY, David. 2005. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume.
- HÉBETTE, J. 2004a. Terra “pra burro” no Pará. _____(Org). *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia*. vol. 4. Belém: EDUFPA, p.43-50.
- _____. 2004b. Reprodução social e participação política na fronteira agrícola paraense: o caso da Transamazônica. _____. (Org.). *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia*. vol. 4. Belém: EDUFPA, p.123-138.
- HELLER, A. 1989. *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro: Paz e terra.
- _____. 1977. *Sociologia de la vida cotidiana*. Barcelona: Península.
- LEFEBVRE, Henri. 2001. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro.
- _____. 1999. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG.
- _____. 1981. *La production de L' espce*. Paris: Anthropos.
- _____. 1976. *Espacio y política*. Barcelona: Ediciones Península.

- LIMONAD, Éster; LIMA, Ivaldo Gonçalves de. 2003. Entre a ordem próxima e a ordem distante: contribuições a partir da obra de Henri Lefebvre In: LIMONAD, Éster (Org). *Entre a ordem próxima e a ordem distante: contribuições a partir do pensamento de Henri Lefebvre*. Niterói: UFF/GECEL, p. 15-34. CD-ROM
- MARIN, R.E.; PINTO, M.R.; MONTEIRO, E. 2005. Portos e trapiches: espelho de Belém e das comunidades negras rurais In: TRINDADE JR, S.C.; SILVA, M.A.P. *Belém: a cidade e o rio na Amazônia*. Belém: EDUFPA, p.130-144.
- MARTINS, J. S. 1996. As temporalidades da história na dialética de Lefebvre In: _____(org.). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, p 13-24.
- RIEPPER, A. 2003. *A economia ribeirinha e os tempos da natureza*. (mimeo).
- SANCHEZ, Fernanda. 1997. *Cidade espetáculo: política, planejamento e city marketing*. Curitiba: Palavra.
- _____. 1999. *Políticas urbanas em renovação: uma leitura crítica dos modelos emergentes*. Porto Alegre: ANPPUR, (mimeo).
- SANTOS, M. 2004a. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. 6ed. São Paulo: Edusp.
- _____. 2004b. *A natureza do espaço: técnica, tempo, razão e emoção*. 4ed. São Paulo: Edusp.
- SEABRA, Odete. 1996a. O pensamento de Henri Lefebvre e a geografia. *Boletim de geografia*. Nº 74. São Paulo: AGB, p. 7-22.
- _____. 1996b. A insurreição do uso. In: MARTINS, J.S(org). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, p. 71-86.
- SILVEIRA, Maria Laura. 1997. Da Fetichização dos lugares à produção local do turismo In: RODRIGUES, A. B. (Org.). *Turismo, modernidade, globalização*. São Paulo: Hucitec, p. 36-45.
- SILVA, M.A.P.; MALHEIRO, B.C.P. 2005. A face ribeirinha da orla fluvial de Belém: espaços de (sobre)vivências na diferença. In: TRINDADE JR, S. C.; SILVA, M.A.P. (Orgs.). *Belém: a cidade e o rio na Amazônia*. Belém: EDUFPA, p.145-169.
- TERRA. 1999. *A fúria da pororoca*. Ano 8. nº6. Edição 86. Junho.
- TRINDADE JR, S. C. 2005. Cidade e cultura na Amazônia: práticas e representações espaciais na orla fluvial de Belém (PA) In: VALENÇA, M.; COSTA, M. (Orgs.). *Espaço, cultura e representação*. Natal, RN: EDUFRN, p. 123-150.
- TRINDADE JR, S. C. 2003. *Imagens e representações da cidade ribeirinha na Amazônia: uma leitura a partir de suas orlas fluviais*. Belém:UFPA, (mimeo).
- URRY, John. 1996. *O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. São Paulo: Sesc.

Recebido em: 03/05/2007

Aprovado em: 22/01/2008